

## Intelectuais na comunidade judaica brasileira

Roberto Grün

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GRÜN, R. Intelectuais na comunidade judaica brasileira. In SORJ, B. org. *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 110-134. ISBN: 978-85-9966-260-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## Intelectuais na comunidade judaica brasileira

Roberto Grün<sup>1</sup>

Esse texto pretende dar conta de algumas particularidades da constituição de uma comunidade judaica no Brasil, tanto em relação a outras comunidades étnicas ou religiosas que aqui se constituíram, quanto em relação às outras comunidades judaicas da diáspora. Pretendo indicar que o conceito de “comunidade judaica” (cj) é uma expressão forte, servindo efetivamente para entender o comportamento dos indivíduos que se consideram “judeus brasileiros” e, mesmo em parte, daqueles que têm uma ancestralidade judaica conhecida.

Sustento que a transformação da cj em uma instituição é o resultado de um processo social que constrange a formação da identidade judaica no Brasil: os judeus brasileiros obtêm vantagens na sua identificação como “judeus” e, mais tarde, como um “povo de intelectuais”, resultado que facilita o despertar de vocações intelectuais nos membros da cj. Cria-se daí um espaço para a elaboração de teodicéias sofisticadas para a explicação do “que é ser judeu”, coerentes com os produtos culturais mais legitimados do momento, tornando a identidade judaica mais manejável do que outras rubricas étnicas, culturais ou religiosas e assim, atraente para aqueles que poderiam reivindicá-la. Dessa forma, o “grupo potencial” judaico torna-se uma instituição<sup>2</sup> no sentido mais estrito possível: a igualdade de condição é reconhecida por uma convenção cognitiva onde, do descendente de cristãos-novos até o recém chegado do Iêmen, todos consideram-se a si mesmos e aos outros como judeus<sup>3</sup>, ancorada num trunfo identitário diante da sociedade brasileira como um todo e fundada numa analogia com a natureza ou com a ordem sobrenatural (o sangue ou o privilégio diante de Deus comum, espalhado pela diáspora mas reunificado assim que as

---

<sup>1</sup> (DEP/UFSCAR/IDESP).

<sup>2</sup> Sobre a utilização dos conceitos de “instituição” e “grupo potencial”, ver M. Douglas (1986, p.46,7).

<sup>3</sup> Essa convenção obviamente não é automática, principalmente para a aceitação na cj dos cristãos-novos “retornados” ao judaísmo. Ver a respeito Ramagem (1991).

condições materiais de existência o permitiram). Procurarei sustentar esse ponto através de uma comparação entre as experiências judaica e armênia em terras brasileiras, enfocando aspectos do comportamento dos membros das duas comunidades na esfera política, econômica e intelectual.

Meus dados primários dizem respeito principalmente à inserção econômica dos armênios e à participação política dos judeus e dos armênios. Naturalmente, explorarei com mais intensidade esses dois mananciais, insistindo na dimensão cultural de cada uma dessas esferas.

Entre os 140 milhões de brasileiros, estima-se a existência de 25 mil descendentes de armênios no Brasil e de 150 mil indivíduos classificados como judeus. Os dois grupos concentram seus contingentes nas zonas urbanizadas das regiões mais industrializadas do país: os judeus nas principais capitais (estimando-se mais de 100 mil nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro) enquanto 90% dos armênios residem nas cidades de São Paulo e Osasco.

Na sua generalidade internacional, judeus e armênios são duas etnias que possuem uma série de atributos comuns que justificam a comparação:

- 1) foram povos que mantiveram sua identidade durante séculos apesar de não dispor de um Estado nacional, que produz normalmente as condições de manutenção daquela característica;
- 2) viveram grande parte de sua história em ambientes onde as etnias majoritárias eram hostis;
- 3) por causa de disso, sofreram diversos massacres de maior ou menor magnitude, que ameaçaram a continuidade dos grupos, mas ambos conseguiram se recuperar dessas adversidades;
- 4) as conseqüências dos itens acima na esfera econômica foram importantes, conduzindo os membros de ambas as etnias a especializações funcionais nos diversos países em que seus membros viveram, que acabaram configurando-os como “povos negociantes” (*middlemen*).

## As construções de generalidades entre as comunidades e o “mainstream” do povo brasileiro

Os estudos comparativos apontam esforços culturais que a quase totalidade das etnias que compõem o mosaico étnico nacional realizam. Os diversos grupos que estudamos constroem algum tipo de mito de origem que os coloca numa generalidade que une a etnia ao “mainstream” da sociedade brasileira (ou talvez mais precisamente, de suas elites), tal como eles a percebem.

Entre os judeus, podemos perceber uma enorme produção intelectual sobre a origem cristão-nova dos primeiros povoadores portugueses do Brasil, destinada aos mais variados mercados culturais<sup>4</sup>. Por sua vez, os armênios, com as limitações de acesso ao campo cultural brasileiro conforme analisarei adiante realça todos os pontos de seu arcabouço cultural que possam significar um caráter branco, ocidental e cristão para a etnia<sup>5</sup>. Em ambos os casos, estamos diante de operações simbólicas que visam suplantam os *handicaps* das comunidades, tal como elas percebem sua posição na sociedade brasileira.

Apesar do antijudaísmo ibérico histórico, a identificação de ancestrais judeus ou cristão-novos nas árvores genealógicas ou mesmo o casamento de seus filhos com judeus não parecem constituir problema para largas parcelas das elites brasileiras tradicionais (aparentemente, a origem cristão-nova é comparada a outra possibilidade menos enobrecedora: a descendência de antigos prisioneiros portugueses degredados para o Brasil. Falta, entretanto muita pesquisa nessa área). Por exemplo, o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello, oriundo de família tradicional do Nordeste, afirmou várias vezes no decorrer da campanha eleitoral de 1989, que o elegeu presidente, que os Mello eram cristãos-novos. Já o atual presidente da República tem uma filha casada com um judeu, aliás, muito exposto à mídia<sup>6</sup>. Diante desses indícios podemos atribuir à grande produ-

<sup>4</sup> Examinei essa tendência em Grün (1994).

<sup>5</sup> Discuti essa tendência em *Negócios & famílias: Armênios em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

<sup>6</sup> A atividade político-eleitoral dos últimos anos vem adquirindo uma intensa profissionalização, no sentido de que, cada vez mais, os políticos do “mainstream” utilizam-se de instrumentos de marketing político, dentre os quais se destacam pesquisas qualitativas

ção historiográfica dos judeus modernos sobre o papel dos judeus e cristão-novos na descoberta e povoamento do Brasil, um resultado de produzir e reiterar a crença na origem judaica de grande parte de suas classes dirigentes tradicionais, com as evidentes vantagens simbólicas advindas da identificação para os judeus brasileiros contemporâneos<sup>7</sup>.

Para entendermos esse aparente paradoxo, devemos lembrar algumas particularidades das formas simbólicas através das quais o povoamento das Américas e do Brasil em particular foram compreendidos, e de sua repercussão na estrutura social que se formou em terras brasileiras. No Brasil, assim como nos Estados Unidos, a ideologia oficial canta as vantagens do “cadinho de raças” como uma forma superior de constituição do povo brasileiro e, num segundo momento, da raça nacional. Esse imaginário inibe consideravelmente a possibilidade cognitiva de construção do judeu como demônio. Absorvendo indivíduos provenientes dos mais diversos cantos do planeta, estaríamos em condições de fazer valer as boas

---

diárias sobre o impacto de suas aparições na mídia, que ajudam os políticos a estabelecer e alternar suas estratégias de comunicação, principalmente em época de eleições. Caso o relacionamento com os judeus tivesse algum impacto negativo na opinião pública, certamente os políticos alterariam suas estratégias. Um caso interessante ocorreu recentemente, durante as eleições para o governo do estado do Paraná em 1994, estado que caracteriza-se por abrigar grandes comunidades de origem polonesa-cristã, alemã-oriental e ucraniana. Um dos contendores mais fortes era Jaime Lerner, político de origem judaica bem tipada. A um mês da eleição, as pesquisas registravam um empate probabilístico entre ele e seu adversário principal, o então senador Álvaro Dias. Nesse momento, um pastor evangélico, candidato a deputado pela coligação de Álvaro Dias, lança acusações anti-semitas contra Jaime Lerner, aparentemente tentando se beneficiar de um “anti-semitismo tradicional” dos paranaenses com ancestrais da Europa Oriental. Subitamente, o pleito regional ganha um grande espaço na mídia nacional, então praticamente tomada pela eleição presidencial. O fato coincidiu com a melhora relativa da posição de Lerner nas pesquisas, que culminou com a sua eleição e merece uma análise aprofundada. Sobre as possibilidades de uso político-eleitoral de preconceitos raciais arraigados na população, ver K. Jamieson. *Dirty Politics: Deception, Distraction and Democracy*. New York: Oxford University Press, 1992. O livro revela o “estado da arte” das tecnologias político-eleitorais, de conhecimento compartilhado entre os profissionais da área, que “ensinam a explorar os preconceitos” — é claro, em situações onde eles existiriam previamente.

<sup>7</sup> Não estou dizendo que essa produção seja encomendada, apenas que ela é indiretamente incentivada, à medida em que ela “agrada a todos”. Evidentemente, esse raciocínio não é rigoroso, constituindo-se numa hipótese que precisaria ser trabalhada não só na sua lógica interna, quanto na análise da relação entre as instituições judaicas contemporâneas do Brasil e a pauta de pesquisas sobre judeus e cristão-novos no Brasil colonial.

características de cada raça, as quais se fundiram num todo harmonioso e superior aos traços originais de qualquer um de seus elementos constitutivos. Assim, onde a miscigenação racial é um objetivo a ser alcançado, não há muito espaço para a criação simbólica de uma “raça pura”, de características intrinsecamente positivas, da qual os judeus deveriam ser apartados — primeiro simbolicamente, depois... — como portadores por excelência de más qualidades que conspurcariam contra a pureza desejada. A partir dessa linha mestra de pensamento, o único defeito inapelável da raça seria a sua eventual incapacidade de fundir-se<sup>8</sup> no “mainstream” da população - justamente o contrário do que a ideologia anti-semita européia reprochava dos judeus<sup>9</sup>. Essa particularidade foi importante, contribuindo para impedir o sucesso da agitação anti-semita importada da Europa no Brasil.

Investigando a formação da identidade étnica armênia no Brasil, deparei-me com um discurso estereotipado dos líderes da etnia, no sentido de referendar suas pretensões de ocidentalidade. Ao tentar entender a insistência nesse tópico, descobri espantado o quanto ainda pesa para os membros do grupo a descrição/impugnação que eles sofreram na década de 1930 por parte dos intelectuais proeminentes ligados ao governo brasileiro da época. Por exemplo, os livros escolares de história armênia em uso no Brasil<sup>10</sup> fornecem repetidas evidências no sentido da afirmação da branquidão da raça. Trata-se de uma narrativa histórica onde sempre os armênios se aliavam com nações ocidentais contra os orientais — com as cruzadas contra os turcos, árabes e bizantinos; com os bizantinos<sup>11</sup> contra os turcos

---

<sup>8</sup> Como se pode prever, o processo de imigração gerou muita polêmica no seio das “classes cultivadas” brasileiras. Toda imigração branca era em geral bem vista, já que contribuiria para o branqueamento da população brasileira, objetivo considerado estratégico para o desenvolvimento do país. Mas, à medida que se considerava que uma determinada “raça” tinha pouca propensão a diluir-se através dos casamentos interétnicos, ela era considerada indesejada. Obviamente, essa acusação era proferida contra os judeus, mas o era coar muito maior intensidade contra os japoneses e, numa situação intermediária, contra os sírios e libaneses. A peculiaridade levantada na nota anterior certamente agiu em prol dos judeus.

<sup>9</sup> Lembremos que, para os nazistas, os judeus deveriam ser exterminados justamente porque, para eles, seria impossível manter a raça ariana imune aos casamentos cristos e conseqüentemente, a permanência dos judeus em território alemão acabaria por produzir unia descendência miscigenada e a gradual degenerescência da raça germânica.

<sup>10</sup> Sapsejian (1988); “História de meus antepassados”, sem autor. 1980.

<sup>11</sup> Notemos a sofisticação relacional: no primeiro caso, os cruzados eram mais ocidentais do

no século XV — sempre registrando a nação armênia como um bastião avançado da ocidentalidade, lutando contra as sucessivas hordas de orientais (árabes, mongóis, turcos, alanos, curdos etc.). Assim, uma vez no Brasil, um país do Ocidente, os armênios apresentam-se como unia etnia legítima e heroicamente ocidental<sup>12</sup>. Reforçando esta impressão, lemos num panteão de heróis nacionais para uso escolar que: “Dikran II, o Grande (95-55 a.C.) era um formoso jovem louro, de olhos azuis”. E essa é a única descrição física detalhada de um personagem da história que aparece no livro<sup>13</sup>. É interessante contrapor a descrição do herói armênio à descrição e as categorias empregadas por Oliveira Vianna (1940), quando este intelectual, que gozava de legitimidade científica e política, apreciava a possível contribuição dos imigrantes vindos do Oriente Médio para a constituição racial do povo brasileiro:

Os imigrantes turcos-árabes formam uma colônia numerosíssima [...] Do ponto de vista antropológico, esse grupo é muito heterogêneo. Nele, os elementos preponderantes são armênios. Ora, os armênios (ao menos os armênios imigrantes) são indivíduos que Kossovitch descreve como de tipo acentuadamente braquicéfalo, de estatura abaixo da média (1,62), de pigmentação mate da pele, de cabelos brunos com reflexos amarelados ou avermelhados, de olhos geralmente escuros e, só muito raramente, azuis ou verdes<sup>14</sup> (p. 610-611).

---

que os bizantinos; no segundo, os bizantinos eram mais ocidentais do que os turcos. Registremos, por outro lado, que os livros eram traduções de obras produzidas em países mais importantes da diáspora armênia, como os Estados Unidos, a França e a Argentina. Mas dada a internacionalidade da pregação eugenista, podemos avançar que a etnia armênia devia travar combates simbólicos análogos naqueles países.

<sup>12</sup> Um livro de história da Armênia (Artzruni, 1976, traduzido e editado pela colônia no Brasil teta a seguinte primeira frase: “No grande duelo que se travava entre a Europa e Ásia, havia a Armênia tomado partido pela civilização européia ou, como se dizia então, pela cristandade”).

<sup>13</sup> “História de nossos antepassados”, s.a.; s.d.; Edição da Comunidade Armênia de São Paulo.

<sup>14</sup> Notemos que Oliveira Vianna está falando de tipos físicos e não de una etnia agrupada em torno de uma herança cultural comum. Mas, segundo a abordagem vigente a época, as características culturais de um povo poderiam ser derivadas de suas particularidades físicas.

## História da imigração e produção das identidades étnicas

No Brasil, a explicação da reconstrução da identidade étnica dos dois grupos terá de ser matizada pelas histórias peculiares de cada um dos processos de imigração. Os armênios chegaram ao Brasil em duas levas bem tipificadas. A primeira delas foi no fim do século XIX, quando um pequeno grupo de armênios seguiu a grande corrente migratória síria e libanesa<sup>15</sup>. Esse contingente era constituído principalmente de armênios oriundos da chamada “Armênia Oriental”, então uma província do Império Russo. O pequeno tamanho dessa primeira leva impedia a criação de órgãos comunitários, tanto leigos como privados, de sorte que as atividades comuns do grupo (casamentos, cerimônias religiosas) eram realizadas em residências particulares. O segundo momento, numericamente muito mais importante, pode ser localizado em torno do ano de 1924, quando o Brasil, seguindo um acordo estabelecido com a Liga das Nações, acolheu um contingente de armênios que haviam sido deslocados de sua região de origem — a chamada Cilícia, região que corresponde ao norte da Síria e sul da Turquia atuais — em decorrência dos massacres de 1915. Grande parte desse grupo era composto de crianças e jovens órfãos que estavam estacionados em diversos campos de refugiados e orfanatos dirigidos pela Liga ou por organizações filantrópicas leigas e confessionais. Importa aqui ressaltar que essa massa humana estava privada das fontes normais de socialização étnica — além de a maior parte dos empreendimentos humanitários ser dirigida por Igrejas cristãs de rito não-armênio, o alvo prioritário dos massacres de 1915 foram justamente os membros intelectuais e letrados da comunidade armênia.

Quando os refugiados chegaram ao Brasil, a sua enorme maioria não falava nem a língua de seus antepassados e nem tampouco praticava a sua religião. Normalmente, eles se expressavam em turco, a língua de seus opressores, e não tiveram oportunidade de obter uma educação religiosa considerada satisfatória pelas Igrejas de ritual armênio. Diante do fluxo de novos imigrantes, os membros abastados da primeira leva impulsionam a constituição de diversos órgãos comunitários, hospedarias de acolhida, escolas e, principalmente, igrejas. Durante o estabelecimento da prática religiosa foram chamados alguns sacerdotes da Igreja Apostólica Armênia,

---

<sup>15</sup> Ver Truzzi (1991).

formados nos seus locais tradicionais de preparação de clérigos — Armênia Oriental, Jerusalém, Istambul para os apostólicos e Roma para os católicos de rito armênio — que cumpriram o papel tanto de guias religiosos, quanto de autoridades intelectuais da comunidade nascente, contribuindo para estabelecer o conhecimento da língua e cultura do grupo no Brasil. Conforme veremos adiante, essa peculiaridade será responsável por uma assimetria nas relações do grupo com a sua cultura étnica, que produzirá efeitos não negligenciáveis na vivência armênia em terras brasileiras.

## A esfera econômica

No capítulo econômico, podemos notar uma forte especialização funcional do grupo étnico no ramo de calçados. A criação do nicho econômico coloca-nos diante de uma cadeia causal interessante, onde os fatores econômicos e culturais se entre-alimentam. No nicho de inserção profissional dominado pelos armênios, a questão da identidade racial ganhará contornos econômicos explícitos, que retroalimentarão a trama especificamente simbólica. A explicação da especialização irá mobilizar o imaginário coletivo, gerando uma tensão entre um mito de origem artesanal e a prosaica exploração de uma oportunidade comercial.

Obtivemos diferentes explicações sobre as causas da inserção dos armênios no ramo dos calçados. Este “mistério” pode ser esclarecido pela análise das formas de entre-ajuda praticadas na colônia, que induzem os seus beneficiários a manter e desenvolver a permanência no ramo dos calçados. De um lado, os entrevistados afirmavam, com maior ou menor convicção, que seus ancestrais tinham vindo da província de Marash, onde os armênios tinham a fama de serem os melhores artesãos em couro. Esse mito de origem foi enunciado com maior ênfase, não por acaso, por uma autoridade religiosa, por unia agente inserida no segmento de alto luxo da produção e da distribuição de calçados femininos e por um dos poucos descendentes de armênios que se mantém na indústria de calçados.

A literatura científica sobre imigração tende a mostrar que a maioria dos casos de especialização surge do aproveitamento de oportunidades — os vazios na estrutura econômica — abertas no país ele destino, que são

rapidamente preenchidas pelos membros de uma determinada etnia através da entre-ajuda. Desta forma, “desencantam-se” as explicações indígenas, mostrando a “falsidade” dos argumentos<sup>16</sup>. O problema é que este estilo de análise deixa de lado a dimensão subjetiva da especialização. Os mitos de origem transmitem-se entre as gerações através de investimentos afetivos que se inscrevem de modo durável na personalidade dos agentes como identidades e assim acabam tornando-se propriedades sociais relevantes, capazes de explicar e prever comportamentos, entre os quais, a escolha do *locus* de inserção econômica.

Estamos diante de construções de identidade que pouco devem ao acaso, onde os agentes manejam seletivamente as suas lembranças, de acordo com as suas posições nas esferas onde atuam: cultural-religiosa, calçadista e outras. O repertório de possibilidades dos agentes é acionado naturalmente no sentido da construção de identidades que referendam sua posição atual ou ambições. Mas, muito mais relevante do que buscar as intenções dos agentes quando eles se atribuem determinada origem, é saber se as identidades propostas “colam”, atribuindo aos agentes as qualidades correspondentes, tanto aos seus olhos como aos dos consumidores e concorrentes e, desta forma, fixando uma expectativa e um padrão de comportamento<sup>17</sup>.

No esquema da auto-ajuda, os armênios já estabelecidos empregavam seus conterrâneos menos favorecidos nos seus negócios, que aproveitavam a oportunidade para conhecer os meandros do ofício e, quando condições favoráveis se apresentassem, estabelecer-se por conta própria. Nesse

---

<sup>16</sup>Para um “estado da arte” sobre a produção da área, ver Waldinger et alii (1690).

<sup>17</sup> É verdade que a relação entre o pesquisador e os pesquisados não se resolve com este nosso artifício “escolástico”. Os pesquisados têm todo o interesse do mundo com que o pesquisador referente- dando veracidade científica — às suas pretensões de origem. Seria assim bastante possível o uso posterior, por parte dos armênios engajados no setor de calçados, de uma “pesquisa científica realizada no IDESP” (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos), que mostraria o papel proeminente e a vocação dos armênios para o ramo. É claro que não podemos reivindicar o controle sobre os usos e efeitos dos trabalhos de reconstrução das epopéias imigrantes, mas o registro deve ser feito para lembrarmos que esse tipo de trabalho acaba interferindo na realidade que ele tenta dar conta da mesma maneira que os esforços anteriores dos intelectuais das colônias, servindo como um eventual subsídio para que os descendentes de imigrantes localizem-se e referendam sua posição no espaço social.

sentido aparece a interpretação, corrente ainda hoje na colônia, de que “o armênio não serve para ser empregado”. Esta condição seria um mero momento na sua carreira social, que se encaminhava naturalmente para a sapataria própria. O período de trabalho assalariado era uma espécie de adolescência social no sentido de DUBY (1964). Ele funcionava como um período de experiência, onde o negociante em potencial aprendia as lides do ramo calçadista, ao mesmo tempo em que provava o valor de sua personalidade de “bole armênio”, qualificando-se como receptor da ajuda de seus conterrâneos, para daí estabelecer-se por conta própria no ramo.

O processo enunciado acima pode ser considerado um excelente produtor e reproduzidor de identidades étnicas. A homologação do indivíduo com direito a se estabelecer por conta própria dá-se através de uma avaliação total da sua personalidade, onde não aparece nenhuma característica objetiva, claramente definida. Além de hábil comerciante ou industrial, ele deve ser também considerado confiável como receptor de créditos em dinheiro e em matérias-primas. Por se tratar de um espaço onde o que conta é o “fio do bigode” e onde os outorgados não possuem propriedades materiais para avaliar seus débitos, essa avaliação é impiedosa. O candidato ao crédito deve portanto parecer ao máximo um semelhante do outorgante. Como aquele não tem outra fonte de provisionamento, podemos imaginar os seus esforços para conquistar a simpatia dos eventuais benfeitores.

As formas de entre-ajuda que conduziram especificamente à especialização funcional, produziram também, indiretamente, a afirmação da identidade étnica em geral. Esta conexão leva-nos ao centro da problemática da não-dissociação entre a esfera econômica e as esferas religiosa e cultural nas estratégias de carreira dos imigrantes e descendentes de primeira geração. Numa colônia pequena, onde o papel da Igreja é fundamental na vivência em comum, cria-se então uma rede, onde o trunfo inicial do armênio recém-chegado, desprovido de recursos materiais, só tinha valor no mercado de sapatos, à medida em que a entre-ajuda era “dedicada”, uma espécie de adiantamento de capital apenas aplicável na confecção e venda de sapatos. A especialização dos agentes das primeiras levadas acabava criando uma massa crítica, onde os armênios iam se estabelecendo e muitos prosperando, num processo que potenciava cada vez mais a construção da identidade étnica.

Para nossa comparação, a não-diferenciação entre as esferas econômica e cultural na rede comunitária tem efeitos importantes: na sua auto-representação, os armênios brasileiros são aquilo que eles fazem, e o que eles fazem é centralmente uma atividade econômica. O seu valor perante a sociedade brasileira mede-se pelo seu sucesso econômico. Não por acaso, nossos informantes listam os membros mais proeminentes da comunidade a partir de um princípio hierarquizador de fundo econômico: seus “grandes” são os donos das mais importantes cadeias de comercialização de calçados, os banqueiros, os construtores e o “sócio do Silvio Santos”<sup>18</sup>.

### Os judeus nas confecções

Entre os judeus, a especialização étnica deu-se no ramo das confecções. A literatura evoca constantemente a qualidade transoceânica dessa característica econômica. Os judeus brasileiros teriam chegado da Europa Oriental já dispostos de uma competência em alfaiataria, que refletiria a especialização do grupo no antigo Império Czarista. Chegando no Brasil, eles teriam encontrado um campo fértil para se desenvolver nos espaços econômicos vazios da sociedade.

Como analisamos para o caso armênio, é possível que a reivindicação tenha fundamento, mas ela deve ser atenuada. A imigração judaica para o Brasil teve fluxos bem diferentes da armênia. Ela se desenvolveu como uma corrente praticamente contínua a partir do fim do século XIX até os anos 1960, envolvendo judeus de diversas origens e *backgrounds*. Apesar disso, grande parte dos recém-chegados acabou estabelecendo-se e ampliando o nicho que seus antecessores já haviam escavado. A maior magnitude do contingente, a heterogeneidade de origem e de distribuição de faixas etárias tornam muito mais difícil uma análise de rede que pudesse fazer-nos chegar ao “primeiro núcleo de judeus confeccionistas”, a partir do qual a

---

<sup>18</sup> Poderíamos anotar uma história análoga para a odisséia síria e libanesa em terras brasileiras, aonde a comunidade constrói uma ancestralidade fenícia (portanto, diferente da árabe) para suas origens, explicando assim “geneticamente” sua vocação comercial. Ver a respeito Truzzi, 1991.

especialização teria se irradiado<sup>19</sup> (se é que ele existiu realmente).

Mas, se para os armênios estabelecidos em terras brasileiras a especialização funcional centraliza a formação de identidade, o repertório cultural dos judeus acabou buscando uma teodicéia baseada na alta cultura. Quando entrevistamos membros da comunidade<sup>20</sup>, mesmo distantes da vida intelectual, sempre aparece uma visão do “povo judeu como um povo de sábios e intelectuais”, de extrema funcionalidade, se pensarmos na necessidade de lidar com o eterno problema do anti-semitismo. É claro que essa auto-identificação não tem correspondência direta com as “condições de vida objetivas” da etnia no Brasil, mas ela pressiona os seus membros, abrindo espaços simbólicos importantes nas estratégias de reprodução social do grupo<sup>21</sup>. O repertório “judeu é intelectual” permite aos membros das novas gerações o vislumbre e, por efeito da agregação de chances, o engajamento efetivo em profissões intelectuais, constringendo as possibilidades de argumentação dos pais/comerciantes (que normalmente iriam pressionar sua descendência no sentido de perpetuar as atividades empresariais das famílias) durante os contenciosos intergeracionais que irão decidir o futuro das famílias. O resultado agregado da existência dessa possibilidade é a formação de grupos significativos de intelectuais leigos judeus, os quais, por sua vez, acabaram por se tornar um trunfo tão mais importante quanto pouco conhecido da comunidade judaica do Brasil. Direta ou indiretamente, o resultado agregado dos diversos trabalhos de elaboração de sua identidade que esse estrato realiza rebatem na comunidade judaica como um todo, permitindo-lhe produzir uma auto-imagem adequada para o universo simbólico atual.

Esse resultado fica magnificado justamente pelo contraste do grupo judeu com o armênio: como vimos, a formação do grupo que zela pela continuidade da cultura e religião armênia no Brasil é perpetrada por religiosos formados nos centros mundiais de cultivo das tradições da etnia.

---

<sup>19</sup> Ver a tabela 1 no apêndice para os dados disponíveis sobre a origem da imigração judaica para o Brasil, durante os seus anos de maior intensidade.

<sup>20</sup> Entrevistamos políticos de origem judaica e líderes de organizações comunitárias que se relacionam com as atividades da esfera pública.

<sup>21</sup> A tabela 2 no apêndice mostra os dados disponíveis sobre a distribuição profissional dos judeus no estado (de São Paulo em 1968). Trata-se de dados de um censo comunitário que pode esconder uma variabilidade importante.

Esse estrato tem sua firmação intelectual ditada por uma lógica interna à comunidade armênia internacional, fornecendo para os armênios leigos interpretações do mundo ditadas por sua inserção no campo religioso e no campo do poder da diáspora. Podemos ver o efeito dessa peculiaridade através das interpretações dadas ao holocausto perpetrado contra os armênios em 1915 e na relação que a comunidade mantém com os políticos que dela são oriundos, duas questões que são básicas para a formação da identidade da etnia:

### 1. A questão do Holocausto sofrido pelos armênios

O grupo reivindica, com muita dificuldade, o reconhecimento internacional do acontecimento<sup>22</sup>. Quando entrevistamos os membros da comunidade e pesquisamos seus materiais de referência, encontramos uma elaboração substancialista a respeito dos massacres de 1915, refletindo um estágio passado do campo científico das ciências humanas e biológicas, o que impede que ela obtenha repercussões externas à comunidade em grau análogo aos resultados práticos obtidos pelos judeus na “rentabilização” do Holocausto levado a cabo pelos nazistas. No Brasil, o livro mais importante dedicado à descrição dos massacres sofridos pelos armênios, vendido nas organizações comunitárias armênias em São Paulo, assim descreve os curdos, que repovoaram — a mando das autoridades otomanas — as regiões anteriormente ocupadas pelos armênios: “Tribos muçulmanas da Anatólia Oriental; habitante do Curdistão. Os curdos vivem em tribos e sua civilização é do tipo interior” (Kerimian, 1981, p. 268). É importante ressaltarmos que não se trata da elaboração cotidiana do membro “médio” da comunidade. Nesse nível, certamente encontraremos também elaborações judaicas substancialistas, considerando que o Holocausto nazista foi obra de um “povo alemão intrinsecamente mau”. Mas o decisivo é que, para o grupo judeu, esse tipo de argumentação, insustentável de acordo com a norma culta, não atinge a esfera pública. Aí, o estrato intelectual leigo acaba dando uma forma erudita moderna às perseguições

<sup>22</sup> O recente processo que a comunidade armênia francesa moveu contra o historiador Bernard Lewis é só mais um passo no trabalho - a meu ver de Sísifo - de fazer o mundo registrar o evento.

sofrida pela etnia, culpando os nazistas e não os alemães indistintamente. Como, ao contrário da argumentação armênia, essa última consegue ser legitimada nos padrões culturais do momento, ela ganha espaço na arena pública, aparecendo naturalmente como uma espécie de crédito que os dirigentes da comunidade judaica podem utilizar nos mais diversos contextos.

Insisto que não se trata de nenhuma análise substancialista da cultura das duas etnias, mas simplesmente uma questão de controle e gestão da imagem pública, onde as circunstâncias históricas acabaram favorecendo durante algum tempo a comunidade judaica, mas que não tem nada de garantidas ou perenes. É assim que, no momento em que escrevo esse texto, temos material para dar nuance e precisar o argumento: do lado judaico, está ganhando muita aceitação nos EUA e Grã-Bretanha um livro<sup>23</sup> sobre o Holocausto, escrito por um acadêmico, que propõe uma explicação daquele acontecimento como um fenômeno onde a quase totalidade dos alemães não judeus teriam tomado parte, direta ou indiretamente. Um estudo sobre a “carreira” futura desse livro e de seu autor poderia ajudar a nuançar a hipótese que formulo e dizer muito sobre as suas condições de validade.

Por outro lado, o governo da recém-independente República Armênia, formado em grande parte por intelectuais leigos de formação humanista, insiste na necessidade de preparar emocionalmente os armênios para unia espécie de desarmamento espiritual, necessário para conviver numa região geográfica onde os vizinhos mais próximos são na sua quase totalidade muçulmanos e de “origem turca”, como os azerbaijanos. Essa predisposição conflita com a chamada “demonização dos turcos”, que virou uma espécie de mito fundador da diáspora armênia no Ocidente.<sup>24</sup> Assim,

<sup>23</sup> *Hitler's Willing Executioners: Ordinary Germans and the Holocaust*, de Daniel Goldhagen, Little, Brown. O livro, que parece sustentar uma tese desacreditada pelo *establishment* de estudos sobre o Holocausto, ao ser lançado justamente na época do ano em que os periódicos procuram material para registrar o fim da Segunda Guerra Mundial na Europa, ganhou várias resenhas. Recém-saído na GB e nos EUA (abril de 1996), já se anuncia uma próxima edição brasileira, pela Companhia das Letras (Folha de São Paulo, 12.05.96, pp. 5-4; 5-5), além de referências elogiosas em órgãos da comunidade (p.ex. “Nazismo Nunca Mais, de C. Gurfinkel, em *Resenha Judaica*, 1ª quinzena de julho 1996, p.11).

<sup>24</sup> Ver a respeito “Six to Eight Characters in Search of Armenian Civil Society amidst the Carnivalization of History”, de M.M. Fischer & S. Grigorian, in G. Marcus (ed.). *Perilous States: Conversations on Culture, Politics, and Nation*, Chicago University Press, 1993, p.



uma análise da política do atual governo armênio sugere que

a filosofia do Movimento “Toda a Armênia”, especialmente sob a liderança de Levon Ter-Petrossian, deliberadamente recusa a centralidade simbólica do simbolismo nacionalista que alimentou o nacionalismo da diáspora nos últimos setenta anos. Isso significa uma recusa em fetichizar as antigas demandas de um reconhecimento internacional da acusação de genocídio sobre os otomanos ou jovens turcos...

Observar a evolução desse “contencioso cultural”, onde a tendência mais provável é de o estrato intelectual à frente da República Armênia produzir artefatos culturais que dêem conta dos massacres segundo a norma culta e a concorrência também previsível desses produtos com as interpretações correntes na diáspora, patrocinadas pelos seus intelectuais religiosos tradicionais é uma questão de extremo interesse para o prosseguimento da pesquisa<sup>25</sup>. Mesmo com o poder temporal controlando a hierarquia religiosa no interior da Armênia, o peso da diáspora, afinal construída em grande parte em torno da celebração do holocausto, é desproporcionalmente grande, dadas as condições econômicas desesperadoras por que passa a sua recém-criada república.

## 2. A participação de membros das duas etnias na esfera política

Investigando as carreiras e os padrões de atuação de políticos oriundos das duas etnias no estado de São Paulo, podemos ver o contraste a partir de outro ponto de vista. Enquanto os vereadores e deputados de

---

81-130.

<sup>25</sup>Significativamente, assinala-se que o último Patriarca da Igreja Armênia — que congrega 85% dos descendentes de armênios no Brasil — sagrado em 1993, conseguiu sua indicação através da forte pressão sobre o Colégio Eleitoral exercida pelo presidente da República Armênia, o etnólogo Lev Ter-Petrossian. Ainda não sentimos nenhuma mudança de atitude na comunidade armênia brasileira em relação a esses acontecimentos, mas os materiais culturais que ela usa, lhe chegam através das comunidades armênias francesa, norteamericana e argentina, bens mais expressivos numericamente. Ver a respeito: Iskandaryan, A. “Armenia: In the Election of the Head of the Armenian Church the Winner is Garegin II, President Ter-Petrosyan's protegé”. In: *New Times*, 01.06.95, p. 44.

origem armênia agem no campo político como “freeriders”, os seus êmulos judeus obedecem outro padrão: eles começam suas carreiras como “candidatos independentes” (da comunidade judaica), situando-se na sua maioria na faixa esquerda do espectro político brasileiro e, conforme suas trajetórias se desenvolvem, eles se tornam cada vez mais dependentes da comunidade, seja em votos, seja em patrocínio, ou mesmo no estabelecimento de suas agendas. A diferença nos padrões de atuação acabará influenciando na imagem das comunidades diante da sociedade brasileira, contribuindo para conferir aos judeus a identidade a que nos referimos acima, diferente daquela registrada para os armênios.

Uma primeira explicação para essas diferenças reside no recrutamento dos políticos: os armênios que entrevistamos eram filhos de grandes empresários que, “colocando o filho na política”, resolviam, ao menos provisoriamente, conflitos na gestão e sucessão dos negócios familiares<sup>26</sup>. O apoio à postulação política de um filho era considerado uma compensação razoável para o seu afastamento da direção da empresa. Evidentemente, a socialização desses “filhos de nababos” tenderia a fazê-los encaixar-se mais naturalmente no papel de empresários. Não é assim por acaso que vemos muitos políticos dessa origem agirem de forma a tentar estender as regras de funcionamento do universo empresarial onde foram criados para a esfera política. Ora, a incompatibilidade com a “cidade mercantil” é mia condição prévia para o bom funcionamento da “cidade cívica”, o mundo onde a política adquire a sua maior expressão e legitimidade social (Boltanski & Thevenot, 1991, p. 318-9). Assim, a

---

<sup>26</sup> Estamos falando principalmente de Ubirajara Keutenedjian (ver nota 23, *infra*). Informações complementares que obtivemos junto a antigos parceiros econômicos de Varam Keutenedjian dão conta de uma imensa quantidade de recursos empregada nas sucessivas eleições de seu filho, que seriam responsáveis pela descapitalização da empresa. O outro grande político armênio da época, Carlos Kherlakian, que não conseguimos entrevistar, parece ter percorrido um caminho análogo. O conflito pelo controle acionário da Eucatex, empresa controlada pela família do político de origem libanesa Paulo Maluf, opondo o líder da direita paulista e o resto de sua família, personificada pela mãe D. Maria e seu irmão Roberto, parece ilustrar o mesmo princípio. O único “judeu de família de nababos” que encontramos foi Horácio Lafer (1900-65), que constituiu-se num importante líder empresarial, chegando a ministro da fazenda na presidência constitucional de Vargas (1950-4). 1) diferentemente de seus concorrentes de origem árabe ou armênia, ele expressava posições econômicas austeras, análogas — *mutatis mutandi* — àquelas dos conselheiros judeus do Kaiser Guilherme II.

atuação desse gênero de políticos, que obviamente transcende o universo étnico de que estamos tratando, ajuda a referendar as mais impiedosas caracterizações do campo político como “um mercado”, numa espécie de denúncia constante da atividade política como a busca de interesses pessoais numa arena onde deveriam prevalecer os interesses maiores da coletividade. Sem dúvida, esta é unia das principais fontes de alimentação do humor antipolítico existente na sociedade brasileira.

Pelo que pudemos constatar, nossos entrevistados judeus não dispunham de *background* familiar parecido com os seus concorrentes das outras “etnias comerciantes”<sup>27</sup>. Pelo contrário, eles parecem políticos “self-made”, que vivem *da* política porque vivem *para* a política, jogando neste campo todas as suas cartas (Bourdieu, 1989). Mas essa variável isolada também não explica a situação. As biografias dos primeiros políticos *nikkei* — descendentes de japoneses — em São Paulo também registra jovens bacharéis de origem não abastada, igualmente com poucas chances de adentrar nas corporações do Estado, mas postulando candidaturas nos partidos do oficialismo e da direita do espectro, além de serem nitidamente incentivados pelos órgãos de representação do governo japonês no Brasil<sup>28</sup>.

Minha hipótese para explicar a singularidade do posicionamento dos judeus no campo político é que as necessidades internalizadas da luta contra o preconceito restringem a possibilidade do aparecimento de empresários da política na colônia. Diante do quadro de constrangimentos carregado pela etnia judaica em todo o mundo ocidental, a eles não é permitido transformar o dinheiro em moeda para fora da esfera econômica sem o enorme risco de reiterar o preconceito do judeu ávido, cuja única preocupação e escala é o dinheiro. Se por ventura, algum ator isolado ensaia algum passo nessa direção, ele é rapidamente “enquadrado” pela comunidade, ou deixa-a. Pelo contrário, o dinheiro judaico deve ser enobrecido pela adesão de seu possuidor aos valores mais altos da cultura. Essa tendência atinge o

<sup>27</sup> A nossa entrada no universo de pesquisa judeu foi diferente da obtida na comunidade armênia, o que pode explicar parte das diferenças. Conhecendo previamente pelo menos parte do relevo estrutural judaico, fui a campo com unia idéia pré-concebida do que iria encontrar. Já entre os armênios, realizei duas bolas de neve a partir da representação oficial da colônia

<sup>28</sup> Ver C. Sakurai: “A Fase Romântica da Política: os Primeiros Deputados Nisseis no Brasil”. In: Fausto et alii, 1995.

paroxismo quando os judeus modernos enfrentam situações de forte preconceito anti-semita. São emblemáticas nesta rubrica as situações enfrentadas pelos judeus na Áustria e na Alemanha do entre-guerras, onde podemos explicar a adesão total dos intelectuais judeus aos valores específicos do campo intelectual, a adesão total dos políticos judeus aos valores do campo político por esta tendência<sup>29</sup>.

Não é assim por acaso que vimos dois grandes empresários judeus — José Mindlin e Max Feffer — se sucederem na pasta de secretário da cultura do governador paulista Paulo Egydio Martins na década de 1970. Em torno desse cargo, em geral considerado “decorativo” pelos políticos de outra origem étnica, mas altamente emblemático para os judeus, acaba se criando uma imagem, principalmente na direita do espectro político, de que ele é “para os judeus”, e assim, em São Paulo, ele acaba virando, para atores como Jânio Quadros ou Paulo Maluf, um instrumento de aproximação com a comunidade judaica<sup>30</sup>.

A comparação esboçada com os políticos de origem armênia, que pode também ser estendida aos descendentes de sírios e libaneses, as etnias mais próximas dos judeus em termos de inserção socioeconômica típica, oferece-nos uma boa medida brasileira para esse fenômeno que acredito ter alcance bastante amplo. Enquanto os judeus recorriam aos partidos “de esquerda”, os candidatos de outras etnias “comerciantes”, sírios, libaneses e armênios, lidavam com a questão da oferta de legendas de outra forma. Eles procuravam partidos menos expressivos ou pouco caracterizados por posições ideológicas claras. Um entrevistado de origem armênia, deputado estadual por duas legislaturas e federal por uma durante a década de 1950 e início dos 60, disse-nos mesmo que: “cansado de ter de comprar legenda em todas as eleições, ele acabou ‘comprando’ um partido e invertendo o

<sup>29</sup> Ver a respeito a coletânea “Jews, Anti-semitism and Culture in Vienna”, Oxaal, 1987. No mesmo sentido pode ser avaliada a reação puramente intelectual dos intelectuais judeus alemães — e dos judeus em geral — face ao recrudescimento do anti-semitismo no início do século XX, até a instalação definitiva do nazismo (Bachartch, 1980).

<sup>30</sup> No caso do prefeito Jânio Quadros (1988-9), esse político “oferece” aos judeus a Secretaria da cultura, causando celeuma na comunidade. Da mesma forma, o atual prefeito Paulo Maluf entroniza na mesma pasta Rodolfo Konder que se considera, e é por muitos judeus também considerado, um “judeu honorário”, com participação destacada em eventos da colônia.

processo, tornando-se um ‘atacadista de legendas’. Sobra-nos assim um resíduo inexplicável pelas leis mais prosaicas da interação entre oferta e demanda de espaços na arena política.

No campo político, o recurso ao repertório anti-semita parece uma arma recorrente dos adversários de qualquer candidato judeu. Nossos entrevistados “de esquerda” falam desse tema de maneira quase automática, como se a denúncia do anti-semitismo fosse parcela integrante da denúncia das mazelas do capitalismo em geral, o que não é surpresa. Mais interessante é notar que também os “direitistas” apontam o anti-semitismo como um recurso comum de seus concorrentes *goyim* (gentios, ou não judeus), os quais, em geral, situam-se à esquerda do espectro político. Assim, um político atualmente filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, situado à direita do espectro político regional com base eleitoral no ABC paulista (cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, subúrbios de São Paulo), principal zona de influência do Partido dos Trabalhadores, que por sua vez situa-se na extrema esquerda do espaço, informa-nos que seus adversários regionais referem-se a ele nas campanhas como um “judeu capitalista”, mobilizando desta forma a tradicional mistura de sentimento anticapitalista com o anti-semitismo<sup>31</sup>. Os entrevistados de origem armênia também queixam-se de xenofobia. Esse gravame é mais significativo, pois nossos entrevistados daquela origem situavam-se todos à direita do espaço das posições possíveis no campo político brasileiro. Em ambos os casos — armênio e judeu — o momento forte do desvelamento do sentimento antiimigrante situou-se nos períodos mais autoritários do regime militar de 1964-1985.

Mas, o que diferencia decisivamente a experiência dos dois grupos na esfera política é ação de cada uma das comunidades, como instituição<sup>32</sup>,

---

<sup>31</sup> Estou reproduzindo apenas a versão dada pelo depoente. É bom lembrar que a sensibilidade judaica ao repertório anti-semita é extrema. Dessa forma, qualquer referência que possa lembrar o anti-semitismo pode ser amplificada pelos filtros do entrevistado, bem como, mais prosaicamente, pela vontade de gerar simpatia à sua causa na colônia, mobilizando uma expectativa muito disseminada na colônia judaica, de que os petiscos tenderiam a ser anti-semitas, já que apoiariam a OLP (Organização para a Libertação da Palestina).

<sup>32</sup> Penso aqui na idéia de comunidade ou instituição como “representação coletiva”, no sentido dado à essa expressão na Sociologia de Durkheim e aprofundado por M. Douglas

sobre as carreiras individuais. Notamos claramente que os políticos de origem judia tornam-se políticos judeus no decorrer de suas carreiras, fato que não ocorre de maneira nenhuma com seus colegas de origem armênia em relação à sua comunidade de origem. Isto é, a comunidade judaica age como uma espécie de magneto, atraindo os homens políticos que dela se originaram, oferecendo uma rede de apoios — tanto votos propriamente ditos quanto patrocínio material e simpatia — e cobrando de seus representantes na esfera pública a apresentação de uma determinada imagem, compatível com aquela que ela (comunidade) se imagina. Na experiência política brasileira, essa situação só encontra paralelo na comunidade de origem japonesa, embora com as nuances que relatei acima. Acredito que o estudo da ação desse agente coletivo sobre os membros individuais da comunidade judaica é um dos pontos principais por onde devem caminhar os estudos judaicos.

Mas, tudo que é sólido desmancha no ar. O rearmamento ideológico das direitas, propiciado pelo neoliberalismo, irá alterar nosso contexto. Agora, existe uma direita libertária, no sentido de que considera a esfera privada um ambiente que deve ser protegido da intervenção do Estado. De um lado, a associação “direita e fascismo e anti-semitismo”, antes verossímil, funciona cada vez menos nos cenários político e cultural. Dessa maneira, a impugnação sofrida anteriormente pelos políticos de origem judaica que se aventuravam na seara da direita brasileira perde progressivamente a eficácia, apontando e refletindo uma situação onde o fantasma do anti-semitismo parece conjurado. Mas, mesmo com esse senão, podemos encontrar um novo padrão que atualiza o repertório “judeu é de esquerda”: trata-se da devoção e patrocínio de causas “generalistas”, como a da ecologia ou a da “proteção aos índios”. Em políticos que começam sua carreira nos anos 1980, quando o fascínio da esquerda começa a enfraquecer, a ecologia aparece como a causa da humanidade, protegendo seus patrocinadores contra a acusação de particularismo<sup>33</sup>.

---

(1987).

<sup>33</sup> Nesse sentido é emblemática a figura do deputado federal por São Paulo Fabio Feldmann, eleito por várias legislaturas a partir de uma plataforma ecológica, e muito bem votado nos distritos eleitorais onde se concentra a comunidade judaica paulistana. Ele começa a sua carreira na política estudantil na Faculdade de Direito da USP e na Fundação Mata Atlântica, uma das primeiras organizações ecológicas do Brasil e atualmente ocupa o cargo de

## Conclusão

Os estudos comparativos fornecem-nos acesso a dimensões dos problemas étnicos que são pouco visíveis nos trabalhos de formato tradicional. A meu ver, o que podemos visualizar de mais importante na comparação entre armênios e judeus no Brasil é justamente a necessidade de procurar com cautela a forma que cada um dos grupos procura estabelecer a sua identidade. Se a derivarmos simplesmente da especialização econômica, seremos inapelavelmente pegos pela armadilha do reducionismo. Embora não independente da esfera da vida material, a produção de identidades dos grupos — fundamental como espaço de possibilidades de realização na vida profissional e afetiva de cada um de seus membros — é um fator que deve ser analisado em uma esfera própria. Nesse sentido, a camada de intelectuais leigos que se cria entre os judeus responde por grande parte do sucesso dessa construção.

Para os estudos judaicos em especial, creio que estou fornecendo dados que referendam a necessidade de analisar o anti-semitismo em perspectiva: em países que se formaram através da emigração de diversos povos, a lógica do estudo dos preconceitos contra os judeus só pode ser alcançada se colocarmos o anti-semitismo em relação com os prejudgados que prejudicaram as vidas de membros de outras etnias. Os grupos vindos do Oriente Médio são a comparação mais imediata, mas não podemos perder de vista os japoneses e coreanos, nem tampouco os indivíduos oriundos das intensas migrações internas do povo brasileiro. Da comparação surge um quadro muito interessante: é claro que existe anti-semitismo no Brasil — esse sentimento é parte fundamental do repertório cultural das sociedades ocidentais. Mas por diversas razões o grupo judeu no Brasil soube utilizar a sua inserção nos espaços cultural e político brasileiros, atenuando seus efeitos maléficos. Em contrapartida, grupos que não têm/tinham a experiência internacional dos judeus no último século de luta contra o anti-semitismo, não obtiveram o mesmo sucesso. Um grande campo para pesquisas futuras é justamente o estabelecimento dessa perspectiva comparativa, que representaria um progresso não só para a

---

secretário de Estado para o Meio Ambiente em São Paulo. Seus adversários no movimento ecológico acusam-no de fazer uma “ecologia empresarial”, aludindo a um possível patrocínio de suas campanhas pelos grandes empresários judeus do ramo de papel e celulose.

sociologia da vicia intelectual e dos grupos étnicos, como também da dinâmica interna das comunidades judaicas.

## Apêndice

**TABELA 1: Origem dos judeus que emigraram para o Brasil, segundo as agências judaicas (ICA e Alliance Israélite Internationale)**

Ano/ Origem	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	TOTAL DO PERÍODO
Polônia	802	1.009	1.095	1.290	2.795	1.168	753	931	1.920	1.746	1.130	14.609
Alema- nha	0	0	0	0	0	0	0	0	363	835	357	1.555
Rússia	225	283	286	315	0	0	0	0	0	0	0	1.109
Lituânia	0	0	0	151	60	7	0	0	0	0	0	211
Romênia	220	283	571	43	58	0	135	0	210	292	127	1.939
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	824	921	144	1889
TOTAL	1.690	3.154	3.175	4.874	3.558	1.985	2.049	3.317	3.794	3.794	1.758	32.521

Fonte: J. LESSER. "The Immigration and Integration of Polish Jews in Brazil, 1924-1934". In: *The Americas* 51:2 October 1994, pp.173-191.

**TABELA 2: Distribuição ocupacional da população judaica em São Paulo (1968)**

OCUPAÇÃO	PROPORÇÃO
empregadores	27,3%
gerentes	15,3%
profissionais	14,8%
empregados	12,7%
artesãos	8,5%
aposentados	7,9%
operários	6,3%
desempregados	2,7%
outros	10,0%

FONTE : H.RATTNER. *Tradição e Mudança*. São Paulo: Ed. Ática, 1978. Tabela nº 5

## Bibliografia

- ARTZRUNI, A. *História do povo armênio*. São Paulo: Ed. da Comunidade da Igreja Apostólica Armênia do Brasil, 1976.
- BOLTANSKI, L. e THEVENOT, L. *Les Economies de la Grandeur*. Paris: Cahiers du CEE, n.31, serie Protée, 1987.
- BOURDIEU, P. *La distinction*. Paris: Minuit, 1979.
- \_\_\_\_\_. *La Noblesse d'Etat*. Paris: Minuit, 1989.
- COMISSÃO Organizadora do 75º Aniversário do Genocídio Armênio. *Armênia*. São Paulo, 1990.
- COMUNIDADE Armênia. *História dos meus antepassados*. São Paulo, 1980.
- DOUGLAS, M. *How Institutions Think*. Syracuse: Syracuse University Press, 1987.
- DUBY, G. "Au XII siècle: Les 'jeunes' dans la société aristocratique", *Annales*, n.19(6), 1964, pp.835-846.
- ELIAS, N. *La société de cour*. Paris: Calmann-Lévy, 1974.
- FAUSTO, B. *A historiografia da imigração para São Paulo: questões e controvérsias*. São Paulo: IDESP/Ed. Sumaré, 1991.
- FAUSTO, B. et alii. *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo: Ed. Sumaré/Fapesp, 1995.
- FERNANDES, F. *A Revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GORDINHO, M.C. *Gaspar Gasparian: um fotógrafo paulista*. São Paulo: Ed. Marca D'Água, 1988.

- GRUN, R. “La imagen y la vida de los judios en Brasil: cuestiones e inferências”. *Estúdios Migratorios Latinoamericanos*, n° 29, 1995, pp.5-27.
- KECHICHIAN, H. “A Imigração Armênia no Brasil, nos Estados Unidos e na Argentina”. *Jornal do Imigrante*, Ano VII n.73, abril/maio 1984, p.7.
- KERIMIAN, N. *Massacres de Armênios*. São Paulo: Ed. Comunidade da Igreja Apostólica Armênia, 1981.
- LEVIN, E. *Bom Retiro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.
- MIRAK, R. “Armenians”. In: THERNSTON, S. (ed.) *The Harvard Encyclopedia of American Ethnic Groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- RAMAGEM, S.B. *A Fênix de Abraão: um estudo sobre cristãos-novos retornados ao judaísmo de seus Ancestrais*. Brasília: UNB, 1994.
- SAINT-MARTIN, M. de. “Une grande famille”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 59, pp. 4-21, 1980.
- SAPSEZIAN, A. *História da Armênia: drama e esperança de uma nação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TRUZZI, O.M.S. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Ed. Sumaré/IDESP, 1991.